

Dúvidas do BIRD sobre a economia

- 5 NOV 1987

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

O déficit público deverá ficar no mínimo em 5% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, podendo chegar a 6%. A inflação, por sua vez, deverá subir mais um patamar e poderá atingir, em janeiro, cerca de 15%.

Esses são, segundo uma fonte do governo brasileiro, os dois pontos mais delicados do relatório que o Banco Mundial (BIRD) está elaborando sobre a economia brasileira. Um esboço do relatório foi apresentado na terça-feira pela missão do BIRD que está em Brasília ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e a vários assessores econômicos.

O relatório tem uma importância interna ao BIRD, já que servirá como base para o exame futuro de empréstimos com condições mais amplas de política econômica (os "policy loans", de valor mais expressivo). E terá influência na discussão da dívida externa, pois deverá ser usado pelos bancos credores como insumo para avaliação da política econômica brasileira.

O relatório do BIRD deverá usar o tom habitualmente cauteloso na avaliação do Plano de Controle Macroeconômico, enfatizar alguns pontos positivos da economia, mas incluirá dúvidas sobre a possibilidade de estabilização a curto prazo da inflação e de um maior equilíbrio fiscal.

As dúvidas que existem entre os economistas do BIRD não são muito diferentes das inquietações dos economistas da equipe econômica brasileira. É necessário um ajuste fiscal para dar consistência ao Plano Bresser, mas teme-se que não haja disposição política do governo para

(Continua na página 18)

A diretoria executiva do Banco Mundial (BIRD) decidirá no próximo dia 17 sobre um empréstimo de US\$ 132 milhões destinado a financiar a expansão da área irrigada no projeto hidrelétrico de Itaparica, bem como o reassentamento de cerca de 8 mil famílias deslocadas pela construção da represa. A seguir será discutido outro empréstimo, de US\$ 48,5 milhões, que cobrirá parte dos custos de um projeto de desenvolvimento florestal em Minas Gerais, conforme informa de Washington o correspondente Paulo Sotero.

(Ver página 18)

Dúvidas do BIRD sobre...

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

fazê-lo. Existem dúvidas sobre o horizonte político, expectativa em relação à hipótese de uma eleição presidencial já no próximo ano e incógnitas sobre a permanência de Bresser à frente da economia.

Essa turbulência poderá afetar a aprovação de alguns empréstimos setoriais ligados a condições mais amplas e que poderiam engordar substancialmente o fluxo de recursos do banco ao País. Os projetos específicos, contudo, continuarão sendo normalmente examinados. Desde que as condições técnicas sejam preenchidas, eles serão aprovados.

Ainda neste mês, dois empréstimos, um ligado ao setor elétrico, outro para o Estado de Minas Gerais, deverão ser apreciados pelo "board" do banco. Mesmo assim, computando-se o que o Brasil deverá pagar ao BIRD de amortização e juros neste ano, o fluxo deverá ser negativo em cerca de US\$ 260 milhões.

De todo modo, o banco tem mantido um relacionamento intenso com o Brasil e, mesmo sem pretender tomar o lugar do FMI no acompanhamento da economia, deverá desempenhar um papel importante nas negociações externas. Quando o ministro da Fazenda anunciou o que foi entendido como uma decisão unilateral de "securitização" da dívida e acabou entrando em colisão com o secretário do Tesouro norte-americano, as rela-

ções com os bancos ficaram muito prejudicadas. O BIRD ajudou a aliviar a tensão, funcionando como intermediário na explicação das idéias brasileiras aos bancos e das dúvidas dos bancos ao Brasil.

Técnicos do BIRD, por outro lado, têm ajudado a equipe da Fazenda a montar o "pacote" fiscal para 1988. Ao contrário da equipe da Fazenda, sabe-se que os economistas do BIRD acham que existe algum espaço ainda razoável para corte de gastos, inclusive a curto prazo, além de medidas que aumentem a receita.

Ambos os diagnósticos coincidem, contudo, num ponto: será muito difícil cumprir a meta de segurar o déficit público em 2% do PIB no próximo ano, partindo de uma base de 5 ou

6% neste ano. Para que isso fosse possível seria preciso adotar medidas muito duras e ter um apoio político muito sólido para implementá-las, o que parece muito pouco provável.

Sabe-se que é uma preocupação do BIRD procurar abrir horizontes de médio e longo prazos e não se ater apenas aos problemas de curto prazo, o que o diferencia substancialmente da abordagem do FMI. Muitas medidas de ajuste fiscal exigem opções deste tipo: elas podem ter efeitos negativos imediatos, ainda que sejam produtivas num prazo mais longo.

Um exemplo óbvio é a eliminação do subsídio ao trigo, estimado em cerca de CZ\$ 40 bilhões neste ano. De imediato, uma medida como esta significaria mais inflação, comprometendo ainda mais as taxas dos próximos meses. Mas o efeito inflacionário seria sentido de uma só vez e os benefícios do lado fiscal seriam duradouros.

Sabe-se que o BIRD, no caso brasileiro, preferiria concentrar esforços na implementação de políticas de ajuste estrutural de mais largo prazo e muito maior fôlego. Já que a batalha da inflação parece comprometida a curto prazo, o importante seria criar condições para ganhar a guerra a mais longo prazo.

É olhando o futuro que o BIRD defende outra idéia ousada de ajuste fiscal. Seria a desvinculação da maioria das empresas estatais produtivas de seus laços financeiros com o Tesouro. Elas perderiam o acesso aos recursos públicos, mas teriam, em contrapartida, maior liberdade para fixar seus preços e tarifas. A sugestão exclui, naturalmente, algumas áreas sensíveis como energia elétrica e petróleo. Inclui, contudo, o setor siderúrgico: a idéia seria abrir o setor para a privatização (inclusive através de capitais externos) e liberar tarifas.

Tipicamente, a curto prazo, uma medida como esta pressionaria a inflação, em função do aumento das tarifas, mas aliviaria duradouramente as despesas fiscais do governo. Da mesma forma, o BIRD defende maior liberalização das importações como forma de injetar competitividade e produtividade em vários setores econômicos, além de atenuar pressões inflacionárias. Como, a curto prazo, isso representaria aumento das importações, o BIRD financiaria

este custo adicional sobre as contas externas.

A área de comércio exterior, aliás, é uma das mais promissoras nas discussões com o BIRD. O Brasil está discutindo um empréstimo de US\$ 500 milhões que seria liberado em, provavelmente, duas tranches. Para a primeira, seria preciso aprovar uma profunda revisão tarifária sobre as importações, revendo alíquotas (na maioria para baixo), eliminando isenções e simplificando a política de comércio exterior.

O projeto de revisão tarifária está virtualmente pronto e é considerado tecnicamente consistente pelo BIRD, segundo uma fonte brasileira. Se for aprovado no início do próximo ano, é possível que uma tranche do empréstimo do BIRD seja liberada. Para uma segunda tranche, os avanços na liberalização do comércio exterior teriam de ser maiores.

Já o projeto de reforma financeira, que tem sido objeto de muitos comentários, está em estágio de conversações bastante inicial. Ao contrário do que alguns supõem, possivelmente um primeiro estágio deste projeto envolverá reformulações nas regras do setor privado e não nos bancos oficiais. Mesmo assim, dificilmente algo será aprovado antes de 1988.

"Nós absolutamente não estamos pensando em conceder empréstimos ao Brasil para cobrir buracos nas contas de bancos estaduais", explicou a este jornal Arlene Choksi, diretor do recém-criado Departamento de Brasil do Banco Mundial. "Notícias neste sentido não são verídicas", diz ele.

O sentido geral do projeto de reforma do setor financeiro é buscar maior eficiência. No caso do setor público ele poderá envolver até a discussão de novas regras de controle sobre as finanças e a gestão dos bancos oficiais, mas não o financiamento do rombo dos bancos estaduais com dinheiro do BIRD.

Choksi, um economista indiano que está no BIRD desde 1974, acompanhou o processo final de elaboração do relatório macroeconômico sobre o Brasil e participou do encontro com Bresser. Quem expôs as linhas gerais do relatório na terça-feira foi o chefe da divisão de operações do Departamento de Brasil, Gobindram Nankani. Choksi voltou ontem à noite para Washington.